

## 10ª Reunião do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas

Data: 17/2/2020

Local: Plenário do 10º andar. Getúlio Vargas, 265

**Participantes Membros do Comitê:** Ana Maria Espi, Cátia dos Santos Moraes, Geraldo Valério Vilela, Henrique Macedo de Oliveira, Jéssica Grazielle Andrade Martins, Kemerson Lisboa Macedo, Maristela Íris da Silva Malheiros, Sheyla de Campos Mendes

**Participantes Convidados:** André Luiz Moraes Mascarenhas, Bruno Alves Rodrigues, Bruno Pereira Boaventura Torrozo, Flávia de Paula Almeida Marques, Maria Lúcia Cabral Moreira, Marina Milagres Braz de Vasconcelos, Fernando Brescia, Raquel Machala Klein, Renato de Paula Amado, Salomão da Cruz Ferreira Lima, Victor Aubin Verzani Souza.

Item	Pauta	Deliberações
1	Abertura. Boas vindas. Apresentação da pauta do dia.  Foram registradas as ausências dos servidores Emanuel, membro do Comitê, e da servidora Flávia Dantês Macedo Neves, Diretora de Gestão de Pessoas. A Coordenadora do Comitê, Dra. Jéssica, deu as boas vindas e registrou a presença de André Luiz Moraes Mascarenhas e Bruno Alves Rodrigues, que integrarão o Comitê a partir de 2/3/2020.	
2	Término do mandato em 1/3/2020. Nova composição a partir de 2/3/2020.  Foi apresentada a todos a nova composição do Comitê para o período de 2/3/2020 a 1/3/2022.	
3	Ocupações Críticas. Apresentação do relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho. Encaminhamentos.  Apresentado o resultado final dos trabalhos do GT, os presentes teceram suas considerações, dentre elas: - Todos os magistrados relataram que sua experiência aponta para a constatação de que os postos de Secretário de Audiência e de Assistente de Juiz são hoje de difícil reposição e influência direta no resultado, entendendo se tratar de postos de alto nível de criticidade, mesmo que o posto de Assistente de Juiz tenha figurado somente como médio crítico e que o posto de Secretário de Audiência não tenha constado no resultado. - Os servidores Cátia e Geraldo se posicionaram favoravelmente à criticidade do posto de Secretário de Audiência. - Já foi identificada a necessidade de formação de novos secretários de audiência, entendendo os magistrados que se trata de posto de difícil reposição, exigindo capacitação e conhecimentos específicos do editor de texto AUD4, integrado ao PJe, e com influência direta nos resultados. A Escola Judicial já está ciente da demanda. - Dr. Bruno manifestou seu entendimento de que o resultado estava descolado da realidade e sugeriu que o questionário fosse revisitado, de forma a garantir que o resultado obtido relativo às áreas finalísticas esteja de acordo com a vivência prática dos magistrados; e que as respostas obtidas não poderiam ser generalizadas para todo o Tribunal. Sugeriu também que fosse feito um levantamento dos atendimentos prestados pela Secretaria de Apoio Judiciário e das demandas de capacitação enviadas para a Escola Judicial. - O servidor Victor, Estatístico e integrante do GT, esclareceu que a generalização é possível quando se tem uma amostra representativa - podendo seus resultados, nesse caso, ser replicados para os demais. Utilizou como exemplo o posto de Secretário de Vara do Trabalho, que tem 158 ocupantes e, na pesquisa de ocupações críticas, obteve 140 respostas - possibilitando que seja feita essa generalização. - A servidora Marina, integrante do GT, esclareceu que a pesquisa foi enviada para todas as Varas do Trabalho, para ser respondida pelo gestor da unidade, podendo ser delegada ao gestor imediato do posto de trabalho. Esclareceu ainda que, após a pesquisa, foram formados dois grupos reduzidos de servidores (um do 1º grau e outro do 2º grau), para analisar as respostas fornecidas pelo coletivo. E, após a análise dos dois grupos, o Comitê de Gestão de Pessoas teceu suas considerações, tendo corrigido divergências; e a partir daí chegou-se num consenso quanto às respostas que representavam a realidade dos postos de Varas e Gabinetes. - Foi discutida no Comitê a relevância da identificação das ocupações críticas para a estratégia do Tribunal, e a necessidade de se tornar estes postos prioritários para capacitação, reposição e política de sucessão, tendo todos os membros concordado. - Fernando Brescia, Secretário da Escola Judicial, questionou sobre o que seria efetivamente demandado da EJ, visto que entendia que o quantitativo de demandas de capacitação não traria informações aptas a subsidiar uma análise de criticidade de postos de trabalho. - O servidor Victor sugeriu que em próximas oportunidades fossem trabalhados 4 questionários distintos, um para cada grupo de ocupações analisadas, abordando especificidades de cada um.	

(continua na próxima página)

3	<p>- Dr. Renato manifestou que entende que a pesquisa realizada deve servir de base para uma decisão final, podendo o Comitê avaliar o que está ou não conectado com as experiências práticas e, a partir daí, fazer uma nova proposta.</p> <p>- Dr. Henrique manifestou entender que o comitê tem legitimidade para se posicionar quanto à criticidade de alguns postos, por ser um comitê paritário, composto por servidores e magistrados, mesclando membros eleitos pelos pares e escolhidos pela Administração.</p> <p>- Dra. Jéssica e Sheyla ressaltaram que a criticidade será revista periodicamente, para acompanhar as mudanças tecnológicas e também do Judiciário. Foi dado como exemplo as alterações no PJE que podem possibilitar gravação de audiência.</p> <p>Após deliberação sobre o tema, os presentes chegaram às seguintes possibilidades de encaminhamento:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Desconsiderar o relatório do GT e o próprio Comitê estabelecer as ocupações críticas, a partir de vivências práticas;</li> <li>2) Acolher o relatório do GT e encaminhá-lo à Presidência, com as considerações do Comitê quanto aos postos com grau de criticidade divergente diante das demandas atuais de reposição;</li> <li>3) Revisitar o relatório, reavaliar os critérios de avaliação e o questionário e propor uma nova avaliação;</li> <li>4) Encaminhar o relatório da forma como apresentado e submetê-lo à presidência.</li> </ol> <p>Discutidas e analisadas as possibilidades acima, foi aberta a votação dos membros do Comitê, que decidiram por unanimidade pela segunda opção, sem necessidade de oficiar a Secretaria de Apoio Administrativo e a Escola Judicial para pedido de informações. Foi aprovado o envio de Ofício do Comitê à Presidência, até a sexta-feira, dia 28/2/2020, encaminhando o relatório e sugerindo a inclusão dos postos de trabalho de Secretário de Audiência e Assistente de Juiz como "ocupações críticas", justificados pelos motivos já expostos acima.</p>
4	<p>Resumo. Principais realizações. Publicação na internet.</p> <p>Foi apresentado breve relatório, em formato Power Point, com as atividades realizadas desde a constituição do Comitê. A Diretoria de Gestão de Pessoas sugeriu que essas informações fossem publicadas na Internet, na página do Comitê de Gestão de Pessoas, tendo os membros presentes deliberado a favor da publicação.</p>
5	<p>Assuntos gerais.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Dra. Jéssica solicitou à DGP, na qualidade de secretaria do Comitê, que redigisse ofício à Diretoria-Geral, a pedido dos novos integrantes - Dr. Bruno e Dra. Juliana, solicitando informações sobre o quadro, a estrutura de pessoal e a movimentação processual do TRT-MG.</li> <li>2) A próxima reunião ficou programada para o dia 13 de março de 2020, das 10 às 12 horas.</li> </ol>
6	<p>Encerramento</p> <p>Dra. Jéssica agradeceu a participação de todos, especialmente dos membros do Comitê que estão encerrando sua participação neste colegiado no próximo dia 1º/3/2020. Ressaltou a importância da participação ativa e do comprometimento de todos para que importantes iniciativas fossem à frente nessa gestão.</p>